



Produtos que protegem pessoas.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Data: 15 de julho de 2015

Horário: 11h



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Publicada em 29 de junho de 2015

Sumário

I. INTRODUÇÃO	3
II. CONVITE	4
III. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS	5
IV. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA RDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA	8
ANEXO A	12
MODELO DE PROCURAÇÃO	12
ANEXO B	14
PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL	14
ANEXO C	31
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA	31

I. INTRODUÇÃO

A presente Proposta da Administração (“Proposta” ou “Manual”) foi elaborado pela Administração da Forjas Taurus S.A. (“Companhia” ou “Taurus”) com vistas a reunir informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada no dia 15 de julho de 2015 (“Assembleia”).

A Administração da Companhia recomenda a aprovação de todas as matérias constantes deste Manual, as quais foram aprovadas sem restrições pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 29 de junho de 2015.

II. CONVITE

DATA: 15 de julho de 2015

HORÁRIO: 11 horas

LOCAL: Sede social da Companhia, localizada a 6 km do Aeroporto Internacional Salgado Filho

ENDEREÇO: Av. do Forte, n.º 511 - Vila Ipiranga, CEP: 91.360-000, Porto Alegre, RS – Brasil

MATÉRIAS: Em Assembleia Extraordinária: Deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i) ratificação da atual redação do artigo 6º do Estatuto Social, de modo a expressamente confirmar que o limite do capital autorizado da Companhia é de 155.553.878 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, oitocentas e setenta e oito) ações;
- (ii) aumento do capital social mediante capitalização em dinheiro no montante de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com a atribuição de bônus de subscrição aos subscritores das novas ações, mediante a emissão de até 31.875.098 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e noventa e oito) novas ações ordinárias e 29.100.511 (vinte e nove milhões, cem mil, quinhentos e onze) novas ações preferenciais, (“Novas Ações”) todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, com possibilidade de homologação parcial, desde que sejam subscritas ações que perfaçam o mínimo total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, e
- (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, face à renúncia de conselheiro, e em observância ao disposto no artigo 141, §3º da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista os atuais membros do Conselho de Administração terem sido eleitos pelo processo de voto múltiplo na Assembleia Geral de 30 de abril de 2015.

III. REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS

Para participar da Assembleia, nos termos do Artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, os Senhores Acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente;
- (iii) dispensa da apresentação do comprovante pelo titular de ações escriturais quando seu nome constar da relação de acionistas fornecida pela instituição financeira depositária (Art. 15, § 1º do Estatuto Social); e
- (iv) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

Observações:

- (1) Para os fins do item “i” acima, a Companhia aceitará os seguintes documentos: (i) Carteira de Identidade de Registro Geral (RG) expedida por órgão autorizado; (ii) Carteira de Identidade de Registro de Estrangeiro (RNE) expedida por órgão autorizado; (iii) Passaporte válido expedido por órgão

autorizado; (iv) Carteira de Órgão de Classe válida como identidade civil para os fins legais, expedida por órgão autorizado (OAB, CRM, CRC, CREA); e (v) carteira nacional de habilitação com foto (CNH nova).

(2) Com relação ao item “ii” acima, os documentos deverão ser requeridos aos órgãos competentes com antecedência de três dias úteis antes da data de entrega pretendida, que deverá estar especificada no requerimento.

(3) Para os fins do item “iv” acima, no caso de pessoas jurídicas com representantes que não sejam nomeados no próprio contrato social ou com algum procedimento de nomeação por ato em separado (como no caso dos administradores de sociedades por ações nomeados pelo seu conselho de administração ou nomeados diretamente pela assembleia geral), é necessário que o acionista comprove a validade da nomeação, providenciando comprovante do arquivamento do ato no registro competente, bem como respectiva publicação (quando aplicável).

(4) Também para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento, o representante deverá comprovar a sua qualidade de administrador e/ou gestor do fundo ou de procurador devidamente nomeado por este, na forma da regulamentação que lhe for aplicável.

(5) Ainda para os fins do item “iv” acima, no caso dos fundos de investimento e das pessoas jurídicas estrangeiras, a documentação que comprova os poderes de representação deverão passar por processo de notariação e consularização, não sendo necessária a tradução juramentada se a língua de origem do documento for o português, o inglês ou o espanhol. Documentos redigidos em outras línguas só serão aceitos mediante apresentação de tradução juramentada para uma dessas três línguas mencionadas.

(6) Com o propósito de facilitar a participação na Assembleia dos Acionistas que desejarem ser representados por procurador, a Administração da Companhia informa que encontra-se a disposição dos Senhores Acionistas, como mera cortesia e sem qualquer compromisso formal de solicitação, o modelo de procuração constante do Anexo A deste Manual, bem como os advogados da Companhia, Simone Tais Baguinski ou Ceres Helena Cardozo Vieira, caso o acionista não tenha quem indicar. Não havendo necessidade dos mesmos, caberá aos Senhores Acionistas nomear seus respectivos procuradores e observar os requisitos indicados neste item “V – Representação dos Acionistas”.

A respeito do Anexo A e do nome acima indicado, a Administração da Companhia ressalta que os Senhores Acionistas, em nenhuma hipótese e sob qualquer pretexto, deverão considerar que tal sugestão de texto e nome de procuradores configura um pedido público de procuração para os fins do Artigo 23 da Instrução CVM 481, mas sim uma facilidade que a Companhia coloca à vossa disposição.

Os originais ou cópias dos documentos citados neste item “V – Representação dos Acionistas” deverão ser entregues na sede da Companhia até o início da Assembleia.

Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente em até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos por e-mail para ri@taurus.com.br; ou para o seguinte endereço: Av. do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, Porto Alegre, RS – Brasil, em atenção à área de Relações com Investidores.

Por fim, esclarecemos que a apresentação antecipada de cópia simples não exclui o dever de apresentação de vias originais, exceto se a apresentação antecipada dos documentos for de cópias autenticadas por notário competente. No caso de apresentação de cópias autenticadas, a Companhia colocará as vias autenticadas entregues à disposição dos acionistas no dia seguinte à realização da Assembleia, mediante pedido por escrito entregue na sede da Companhia na mesma data de realização da Assembleia.

IV. INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS SOBRE AS MATÉRIAS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA

Tal como exposto acima, o intuito deste Manual é reunir as informações e documentos pertinentes a matérias constantes da ordem do dia e relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia. Dessa forma, este Manual apresenta, de forma sistemática, as informações legais e regulamentares exigidas para fins da realização da Assembleia, ou indica o local em que algumas dessas informações encontram-se disponíveis.

A Administração da Companhia informa que os documentos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 29.06.2015, a proposta da administração e demais informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/2009 estão disponíveis a partir desta data na sede da Companhia e nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e na seção de relações com investidores da Companhia (www.taurusri.com.br), tendo sido disponibilizados na CVM após o pregão do dia 29 de junho de 2015.

Em atendimento ao anexo 14 da Instrução CVM 480/09, os termos do aumento de capital proposto pela administração da Companhia no item (ii) do edital de convocação estão no **ANEXO B** do presente Manual de Votação. No anexo supracitado, o objetivo de tal operação é esclarecido, assim como os procedimentos a serem adotados, entre outros.

Cabe informar, que em Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de junho de 2015, foi aprovada por unanimidade de votos, sem reservas ou ressalvas a designação do Sr. Thiago Piovesan, com mandato até a próxima Assembleia Geral, eleição esta realizada para recompor o Conselho de Administração em função do disposto no artigo 24, parágrafo 3º, do Estatuto Social e artigo 150 da Lei nº 6.404/1976, cuja posse ocorreu em 29 de junho de 2015. Em referida reunião do Conselho de Administração, foi deliberado também a convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede da Companhia, no dia 15 de julho de 2015, às 11:00 horas, a fim de deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, face à renúncia de conselheiro, conforme Fato Relevante datado de 29 de junho de 2015, e em observância ao disposto no artigo 141, §3º da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista os atuais membros do Conselho de Administração terem sido eleitos pelo processo de voto múltiplo na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015.

Portanto, a eleição dos membros do Conselho de Administração, poderá ser realizada por meio de dois sistemas de votação, quais sejam:

- (i) votação por chapa; ou
- (ii) processo de voto múltiplo.

Votação por Chapa

A votação por chapa é o sistema ordinário de eleição de membros do Conselho de Administração. Nesse caso, vota-se em bloco para todos os cargos e o grupo que obtiver a maioria dos votos da assembleia torna-se vitorioso e todos os cargos do conselho são preenchidos pelos membros integrantes de sua chapa.

Nos termos do §1º do art. 20 do Estatuto Social da Companhia, será assegurado aos acionistas não-controladores, excluídos os Controladores Atuais (conforme definido no §1º do art. 52 do Estatuto Social da Companhia), o direito de eleger até dois membros para compor o Conselho de Administração da Companhia, desde que os Controladores Atuais tenham a maioria dos respectivos membros. O preenchimento dessas vagas por acionistas não-controladores observará o disposto no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, especialmente em seu artigo 141, sumariado nas seguintes seções: “Processo e Voto Múltiplo” e “Votação em Separado”.

Processo de Voto Múltiplo

Trata-se de procedimento mediante o qual se atribui a cada ação tantos votos quantos sejam os cargos a preencher no Conselho de Administração, sendo reconhecido ao Acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários, sendo que todos acionistas votam simultaneamente.

- **Legitimados e Prazo para Requerer a Adoção do Voto Múltiplo**

Acionistas da Companhia, representando no mínimo 5% do capital social, poderão requerer, por escrito, a adoção do processo de voto múltiplo à Companhia, desde que o façam por pedido escrito, à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia Geral.

- **Votação em Separado**

Além da utilização do processo de voto múltiplo, no caso de companhias com Acionista Controlador definido, a lei garante o direito de exigir a realização de uma votação separada para eleição de um membro do Conselho de Administração aos seguintes grupos de Acionistas: (i) minoritários

titulares de ações ordinárias presentes na Assembleia Ordinária que representem, individualmente ou em conjunto, pelo menos 15% do capital social com direito a voto; e (ii) Acionistas titulares de ações preferenciais com voto restrito presentes na Assembleia Ordinária, que representem, individual ou conjuntamente, no mínimo, 10% do capital social total.

O acionista controlador não participa dessa votação, que será realizada por maioria de votos dentro do universo de minoritários presentes que desejem participar dessa votação.

Ademais, caso nem os titulares de ações ordinárias nem os titulares de ações preferenciais presentes na Assembleia Geral atinjam os respectivos percentuais para exercício do voto separado, poderão agrupar suas ações e eleger, conjuntamente, um membro efetivo do Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo, 10% do capital social total.

Somente poderão exercer o direito a votação em separado os Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária durante o período de três meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização de Assembleia Ordinária.

- **Eleição que Cumule o Processo de Voto Múltiplo com o Voto em Separado**

Importante notar que tanto o voto múltiplo quanto o voto em separado podem ocorrer dentro da mesma assembleia geral. Assim, o Acionista deverá escolher se participa de um ou outro processo, e poderá, inclusive, utilizar parte de suas ações para votar por voto múltiplo e parte para votar em votação em separado. Porém, um Acionista não pode utilizar uma determinada ação para votar ao mesmo tempo nos dois processos eletivos.

Caso o processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado assegure(m) a eleição por acionistas não-controladores, excluídos os Controladores Atuais (conforme definido no §1º do art. 52 do Estatuto Social da Companhia), de apenas um membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, será assegurado a estes acionistas não-controladores o direito de eleger mais um membro para compor o Conselho de Administração da Companhia, ficando excluídos de tal votação os acionistas não-controladores que houverem eleito o primeiro membro por meio do processo de voto múltiplo e/ou de voto em separado.

Quando os mecanismos do voto múltiplo e da votação em separado forem utilizados cumulativamente em uma mesma eleição, a Lei das S.A. garante a acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% das ações com direito de voto o direito de eleger um membro a mais do Conselho de Administração do que os demais Acionistas (§ 7º do art.

141 da Lei das S.A.). Para tanto, o Acionista Controlador poderá eleger conselheiros além do número máximo de Conselheiros previsto no Estatuto Social.

Candidatos Indicados pela Atual Administração da Companhia

Não existe lista de candidatos indicados ou apoiados pela Atual Administração da Companhia, nesta data ou indicação de qualquer outro acionista, nos termos do art. 10 da Instrução CVM 481/09, ou do Ofício Circular CVM/SEP/01 de fevereiro de 2014, razão pela qual, não foram incluídos os itens 12.6 a 12.10 do FRE – Formulário de Referência, na divulgação deste Manual.

ANEXO A

MODELO DE PROCURAÇÃO

[Nome], [qualificação] ("Outorgante"), nomeia e constitui como seu procurador a Sra. Simone Tais Baguinski, brasileira, casada, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 53.825 e no CPF nº 900.631.710-15, e/ou Sra. Ceres Helena Cardozo Vieira, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/RS sob o nº 69.390 e no CPF nº 806.669.140-87, ambas com endereço profissional na Av. do Forte, nº 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre – RS ("Outorgado"), para representar o Outorgante, na qualidade de acionista da Forjas Taurus S.A. ("Companhia"), na Assembleia Ordinária ("Assembleia") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 15 de julho de 2015, às 11 horas, na sede social da Companhia, na Avenida do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, Porto Alegre/RS, e, se necessário, em segunda convocação, em data a ser informada oportunamente, ao qual outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo para cada um dos itens da ordem do dia da Assembleia:

Em Assembleia Extraordinária:

(1) ratificação da atual redação do artigo 6º do Estatuto Social, de modo a expressamente confirmar que o limite do capital autorizado da Companhia é de 155.553.878 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, oitocentas e setenta e oito) ações; e

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

2) aumento do capital social mediante capitalização em dinheiro, no montante de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com a atribuição de bônus de subscrição aos subscritores das novas ações, mediante a emissão de até 31.875.098 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e noventa e oito) novas ações ordinárias e 29.100.511 (vinte e nove milhões, cem mil, quinhentos e onze) novas ações preferenciais, (“Novas Ações”) todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, com possibilidade de homologação parcial, desde que sejam subscritas ações que perfaçam o mínimo total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

() Aprovação () Desaprovação () Abstenção

(3) Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia:

() Aprovação – Candidato(s) _____ () Desaprovação () Abstenção

[Local], [dia] de [mês] de 2015

[Assinatura do Outorgante com firma reconhecida]

ANEXO B

PROPOSTA DE AUMENTO DE CAPITAL

ANEXO 14 À INSTRUÇÃO CVM 481/09

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

O valor do aumento do capital social deverá ser de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante a emissão de até 31.875.098 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e noventa e oito) novas ações ordinárias e 29.100.511 (vinte e nove milhões, cem mil, quinhentos e onze) novas ações preferenciais, (“Novas Ações”) todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos), com possibilidade de homologação parcial, desde que sejam subscritas ações que perfaçam o mínimo total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Caso o valor integral do capital social seja subscrito e integralizado pelos acionistas, o valor do novo capital social após o aumento será aumentado de R\$324.876.395,25 (trezentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos), para R\$424.876.395,25 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, oitocentos e setenta e seis mil, trezentos e noventa e cinco reais e vinte e cinco centavos), a ser dividido em 40.314.420 (quarenta milhões, trezentos e quatorze mil, quatrocentos e vinte) ações ordinárias e 36.805.227 (trinta e seis milhões, oitocentos e cinco mil, duzentos e vinte e sete) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

2. Informar se o aumento será realizado mediante: (a) conversão de debêntures em ações; (b) exercício de direito de subscrição ou de bônus de subscrição; (c) capitalização de lucros ou reservas; ou (d) subscrição de novas ações

O aumento de capital será realizado mediante a subscrição de novas ações.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas.

O aumento de capital tem por objetivo fortalecer a estrutura de capital da Companhia, melhorar seus índices financeiros e permitir o atendimento de compromissos de curto prazo voltados a capital de giro, gestão do endividamento financeiro e de acordos contingentes, em especial do montante relacionado com o processo movido por Hunter Douglas N.V (sociedade organizada segundo as leis de Curacao, com sede principal em Rotterdam, Holanda) contra a empresa Wotan Máquinas Ltda. relativo à cobrança originada de contrato de mútuo para financiamento às exportações firmado entre ambas em 2001, no qual a Controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda., figura no polo passivo da demanda em razão da superveniente locação do parque industrial realizado com a Wotan Máquinas Ltda. no ano de 2004. Ademais, o aumento de capital tem como objetivo permitir o atendimento financeiro do potencial acordo a ser firmado no processo Chris Carter v. Forjas Taurus, S.A. et. al., conforme detalhamento divulgado em Fato Relevante de 17.04.2015. Face às tratativas de acordo com a Hunter Douglas, o Conselho de Administração já havia recomendado a capitalização, em reunião realizada em 30 de outubro de 2014. Neste sentido o Conselho de Administração aprovou uma chamada de aumento de capital em 28 de abril de 2015 de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), entretanto, a operação não foi homologada em função do não atingimento do limite mínimo de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

O Conselho Fiscal de Forjas Taurus S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, analisou a proposta da administração da Companhia acerca do aumento do capital social, preço de emissão e forma de subscrição e integralização do referido aumento (art. 170, § 1º, da Lei 6404/76) e opina favoravelmente à submissão da mesma à Assembleia Geral Extraordinária a ser convocada para esse fim.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

a. Descrever a destinação dos recursos

Os recursos provenientes do aumento de capital destinar-se-ão a fortalecer a estrutura de capital da Companhia, melhorar seus índices financeiros e permitir o atendimento de compromissos de curto prazo voltados a capital de giro, gestão do endividamento financeiro e de acordos contingentes, em especial do montante relacionado com o processo movido por Hunter Douglas N.V. e com o potencial acordo a ser firmado no processo *Chris Carter v. Forjas Taurus, S.A. et. al.*, conforme já descrito acima.

b. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Será obedecida a proporção entre ações preferenciais e ações ordinárias da Companhia, devendo ser emitidas até 31.875.098 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e noventa e oito) novas ações ordinárias e 29.100.511 (vinte e nove milhões, cem mil, quinhentos e onze) novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Novas Ações”).

c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

As Novas Ações serão idênticas às demais ações da mesma espécie de emissão da Companhia já existentes, conferindo aos seus titulares, portanto, os mesmos direitos que já são atribuídos aos acionistas da Companhia pela Lei das S.A., pelo regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA e pelo Estatuto Social da Companhia.

As Novas Ações farão jus a todos os dividendos, juros sobre o capital próprio, bonificações e eventuais remunerações de capital que vierem a ser declarados pela Companhia após a homologação do aumento de capital.

Ainda, de modo a garantir uma maior atratividade para a subscrição do Aumento de Capital, será ainda atribuída como vantagem adicional aos subscritores de cada nova ação emitida no Aumento de Capital 1 (um) Bônus de Subscrição de emissão da Companhia, totalizando a emissão de até 60.975.609 (sessenta milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e nove) Bônus de Subscrição, de acordo com as seguintes premissas:

(a) Quantidade e Classes de Bônus: Até 60.975.609 (sessenta milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscientos e nove), sendo 31.875.098 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e noventa e oito) Bônus de Subscrição Classe 1 e 29.100.511 (vinte e nove milhões, cem mil, quinhentos e onze) Bônus de Subscrição Classe 2. Os Bônus de Subscrição Classe 1 serão atribuídos aos subscritores de ações ordinárias no Aumento de Capital, enquanto que os Bônus de Subscrição Classe 2 serão atribuídos aos subscritores de ações preferenciais no Aumento de Capital.

(b) Valor da Emissão: os Bônus de Subscrição serão emitidos sem valor, uma vez que serão atribuídos como vantagem adicional aos subscritores das ações emitidas no Aumento de Capital;

(c) Série: emitidos em uma única série;

(d) Quantidade de Ações: cada Bônus de Subscrição Classe 1 conferirá a seu titular o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária, e cada Bônus de Subscrição Classe 2 conferirá a seu titular o direito de subscrever 1 (uma) ação preferencial;

(e) Forma e Emissão: os Bônus de Subscrição terão a forma escritural e serão emitidos privadamente no momento em que as Novas Ações forem emitidas;

(f) Vencimento: os Bônus de Subscrição serão válidos desde sua data de emissão até 30.01.2017 ("Vencimento"). Após o Vencimento, os Bônus de Subscrição reputar-se-ão extintos de pleno direito;

(g) Prazo e Forma de Exercício: os direitos conferidos pelo Bônus de Subscrição poderão ser exercidos a qualquer tempo, a partir de sua emissão até o Vencimento, a exclusivo critério de seu titular, o qual deverá manifestar sua intenção por meio da solicitação de exercício a ser efetuada por meio de seu agente de custódia à BM&FBOVESPA ou por escrito à Companhia, direcionado para o agente escriturador das ações de emissão da Companhia (no caso, as agências especializadas do Itaú Unibanco S.A.). Para todos os efeitos legais, a data do exercício será a data do recebimento da solicitação de exercício pela Companhia. Não será admitido o exercício do Bônus de Subscrição em data posterior ao Vencimento;

(h) Subscrição e Integralização: a subscrição das ações decorrentes do exercício dos Bônus de Subscrição dar-se-á no ato do exercício desse direito e a integralização das ações então subscritas será feita mediante o pagamento do preço de emissão de R\$ 1,64 (um real e sessenta e quatro centavos), por ação, à vista no ato da subscrição em moeda corrente nacional. O preço de emissão das ações em que serão convertidos os Bônus de Subscrição é equivalente ao preço de emissão das ações emitidas no Aumento de Capital.

(i) Atualização Periódica do Número de Ações: a cada trimestre fiscal contado do início do prazo de exercício e enquanto houver Bônus de Subscrição em circulação, será realizada reunião do Conselho de Administração para aprovar o aumento de capital relativo ao exercício dos direitos de subscrição e integralização conferidos pelos Bônus de Subscrição, caso ocorrido, no período, sendo que a Companhia se comprometerá a realizar a respectiva alteração no Estatuto Social, para consignar o novo montante do capital social, na Assembleia Geral seguinte à reunião do Conselho de Administração em que o aumento de capital for aprovado;

(j) Direitos e Vantagens das Ações decorrentes do Exercício: as ações de emissão da Companhia resultantes do exercício do direito conferido pelos Bônus de Subscrição, nos limites do capital autorizado da Companhia, farão jus ao recebimento de dividendos integrais que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da data do exercício dos Bônus de Subscrição, referentes ao exercício social em que as ações forem subscritas, e a todos os demais direitos e benefícios que forem conferidos aos demais detentores de ações de emissão da Companhia a partir de então, em igualdade de condições com as demais ações de emissão da Companhia, de acordo com a sua respectiva espécie;

(k) Negociação: os Bônus de Subscrição poderão ser negociados na BM&FBOVESPA a partir da homologação do novo capital social que ocorrerá em assembleia geral extraordinária a ser oportunamente convocada pela Companhia.

d. Informar se a subscrição será pública ou particular

O aumento de capital será realizado mediante subscrição particular.

e. Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos

As novas ações emitidas no âmbito do aumento de capital poderão ser subscritas integralmente pelos atuais acionistas da Companhia, sendo que será permitido que esses concorram a eventuais sobras. Até o momento da elaboração da presente proposta, não é possível antecipar quais acionistas da Companhia exercerão seus respectivos direitos de preferência e subscreverão novas ações e nem a quantidade de ações que serão subscritas por tais acionistas.

f. Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública

O preço unitário das ações emitidas no aumento, nos termos do art. 170, §1º, III, da Lei nº 6.404/76, deverá ser de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos), que é o valor de fechamento da cotação das ações preferenciais na BM&FBovespa no dia 26 de junho de 2015, que são as ações que possuem a maior liquidez. Tendo em vista que as ações ordinárias da Companhia não possuem volume de negociação relevante em bolsa de valores, sua cotação foi desconsiderada para fins da determinação do preço de subscrição das ações ordinárias a serem emitidas no aumento de capital, de modo que tanto as ações ordinárias quanto as preferenciais possuirão um único preço de emissão. Desta forma, atendeu-se às recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 05/79 que aprecia longamente a matéria e que dispõe que só é admissível atribuir preços distintos às ações ordinárias e preferenciais quando, cumulativamente, estiverem presentes duas condições quais sejam, (i) as ações preferenciais e ordinárias possuírem cotações significativamente díspares e (ii) ambas as espécies de ações possuírem alta liquidez.

O preço de emissão proposto de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) reflete um deságio de 12,6% (doze vírgula seis por cento) em relação à média ponderada pelo volume de negociação, das cotações das ações ordinárias e preferenciais combinadas da Companhia nos últimos 30 (trinta) pregões (de 15 de maio de 2015 a 26 de junho de 2015) e tem por objetivo

estimular a participação da maior quantidade possível de acionistas da Companhia a seguir o aumento de capital.

g. Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital

Não será destinada nenhuma parcela do preço de emissão à reserva de capital, sendo que a integralidade do preço de emissão será destinada à conta do capital social.

h. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento.

Por tratar-se de aumento de capital mediante subscrição particular, no qual será assegurado o exercício do direito de preferência a todos os acionistas, não haverá diluição injustificada da participação acionária dos acionistas que subscreverem as ações a que têm direito no aumento de capital. A Administração da Companhia entende que a diluição provocada pelo aumento de capital na participação dos acionistas que deixarem de exercer seu direito de preferência será justificada, tendo em vista que o preço de emissão das Novas Ações será fixado com base na observância do artigo 170, §1º, da Lei nº 6.404/1976 e que o aumento de capital atende ao interesse social, pelas razões indicadas no item 3 acima.

i. Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha.

O preço de emissão das Novas Ações foi fixado levando-se em consideração o preço de fechamento da cotação das ações preferenciais, que são as ações que possuem a maior liquidez, na BM&FBOVESPA no dia 26.06.2015. Tendo em vista que as ações ordinárias da Companhia possuem volume de negociação extremamente reduzido em bolsa de valores, sua cotação foi desconsiderada para fins da determinação do preço de subscrição das ações ordinárias a serem emitidas no aumento de capital, de modo que tanto as ações ordinárias quanto as preferenciais possuirão um único preço de emissão. Desta forma, atendeu-se às recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 05/1979, segundo o qual só é admissível atribuir preços distintos às ações

ordinárias e preferenciais quando, cumulativamente, estiverem presentes duas condições quais sejam, (i) as ações preferenciais e ordinárias possuírem cotações significativamente díspares e (ii) ambas as espécies de ações possuírem alta liquidez.

j. Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado.

O preço de emissão proposto de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) reflete um deságio de 12,6% (doze vírgula seis por cento) em relação à média ponderada pelo volume de negociação, das cotações das ações ordinárias e preferenciais combinadas da Companhia nos últimos 30 (trinta) pregões (de 15 de maio de 2015 a 26 de junho de 2015) e tem por objetivo estimular a participação da maior quantidade possível de acionistas da Companhia a seguir o aumento de capital.

k. Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão

O valor da cotação das ações é fundado nos dados divulgados ao mercado pela BM&FBovespa. Não foi elaborado nenhum laudo ou estudo para fixação do preço de emissão.

l. Informar a cotação de cada uma das espécies e classes de ações da Companhia nos mercados em que são negociadas, identificando:

i. Cotação mínima, média e máxima de cada ano, nos últimos 3 (três) anos

	2015 – até 26/06/2015			2014		
Cotação	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
FJTA3 (ON)	2,00	4,06	8,25	6,38	13,94	24,31
FJTA4 (PN)	1,64	2,86	5,06	3,52	11,06	24,75

	2013			2012		
Cotação	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima
FJTA3	23,98	27,71	32,56	14,30	22,90	31,13
FJTA4	21,78	27,09	33,99	15,40	25,52	35,86

ii. Cotação mínima, média e máxima de cada trimestre, nos últimos 2 (dois) anos

2015		Cotação		
		Mínima	Média	Máxima
1º Trimestre	FJTA3	4,20	5,52	8,25
1º/01/15 a 26/06/15	FJTA3	2,00	2,69	4,31
1º Trimestre	FJTA4	3,09	3,48	5,06
1º/01/15 a 26/06/15	FJTA4	1,64	2,22	3,16

2014		Cotação		
		Mínima	Média	Máxima
1º Trimestre	FJTA3	17,93	21,23	24,31
2º Trimestre	FJTA3	13,20	16,47	19,47
3º Trimestre	FJTA3	8,47	11,33	14,85
4º Trimestre	FJTA3	6,38	7,63	9,68
1º Trimestre	FJTA4	15,51	20,12	24,75
2º Trimestre	FJTA4	9,90	13,07	16,61

3º Trimestre	FJTA4	4,95	7,16	9,90
4º Trimestre	FJTA4	3,52	4,28	5,28

2013		Cotação		
		Mínima	Média	Máxima
2º Trimestre	FJTA3	25,63	27,89	32,56
3º Trimestre	FJTA3	28,16	29,32	32,01
4º Trimestre	FJTA3	23,98	26,80	28,60
2º Trimestre	FJTA4	24,20	28,66	32,56
3º Trimestre	FJTA4	22,77	24,91	27,50
4º Trimestre	FJTA4	21,78	23,86	26,84

iii. Cotação mínima, média e máxima de cada mês, nos últimos 6 (seis) meses

Mês		Cotação		
		Mínima	Média	Máxima
01/jun/15 a 26/jun/15	FJTA3	2,00	2,07	2,20
Maio/15	FJTA3	2,34	2,46	2,61
Abril/15	FJTA3	3,86	4,06	4,31
Março/15	FJTA3	4,20	4,59	5,45
Fevereiro/15	FJTA3	5,00	5,24	5,50
Janeiro/15	FJTA3	5,35	6,23	8,25
Dezembro/14	FJTA3	6,38	6,93	8,36
01/jun/15 a 26/jun/15	FJTA4	1,64	1,74	1,85
Maio/15	FJTA4	1,81	1,94	2,06

Abril/15	FJTA4	2,25	2,94	3,16
Março/15	FJTA4	3,09	3,17	3,27
Fevereiro/15	FJTA4	3,30	3,33	3,45
Janeiro/15	FJTA4	3,42	3,93	5,06
Dezembro/14	FJTA4	3,52	4,06	5,28

iv. Cotação média nos últimos 90 dias

	Itens	Ordinárias	Preferenciais
27/03/2015 à 26/06/2015	<i>Mínimo</i>	2,00	1,64
	<i>Médio</i>	2,73	2,26
	<i>Máximo</i>	4,31	3,27

m. Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos

Nos últimos três anos, foi realizado apenas 1 aumento de capital da Companhia, nos seguintes termos:

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29/04/2014, foi aprovado o aumento de capital da Forjas Taurus S.A. de até R\$ 200.906.000,04, mediante a emissão de até 48.528.020 ações ordinárias e 97.056.038 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1,38 por ação.

Após as duas rodadas de sobras e o período de revisão, foram subscritas 48.522.214 ações ordinárias e 85.703 ações preferenciais. As 5.806 ações ordinárias não subscritas e as 96.970.335 ações preferenciais não subscritas foram canceladas, nos termos do item 10.4 do Aviso aos Acionistas de 05 de maio de 2014.

Com o término do período de revisão, as ações subscritas perfizeram o montante de R\$67.078.925,46, valor superior, portanto, ao limite mínimo total de R\$ 50.000.000,00, para a realização do aumento de capital.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 20/08/2014, a operação foi homologada por maioria dos acionistas presentes.

- n. Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão

Como os acionistas serão titulares de direito de preferência na subscrição das novas ações ordinárias e preferenciais, caso exerçam a integralidade de seus respectivos direitos de preferência, não haverá diluição dos acionistas.

Entretanto, na eventualidade do acionista não exercer seu direito de preferência na subscrição das novas ações preferenciais e ordinárias e o aumento de capital for integralmente subscrito, o percentual de diluição decorrente do aumento de capital está descrito na tabela abaixo:

	Nº de Ações Atual	Ações a serem emitidas	Novo Nº de Ações	Diluição
Ações Ordinárias	8.439.322	31.875.098	40.314.420	79,066245%
Ações Preferenciais	7.704.716	29.100.511	36.805.227	79,066245%
Total	16.144.038	60.975.609	77.119.647	79,066245%

Da mesma forma, caso os direitos de subscrição e integralização de ações decorrentes dos Bônus de Subscrição venham ser exercidos, o percentual máximo de diluição adicional será o descrito na tabela abaixo:

	Nº de Ações Atual	Ações a serem emitidas	Bônus a serem emitidos	Novo Nº de Ações + Bônus	Diluição
Ações Ordinárias	8.439.322	31.875.098	31.875.098	72.189.518	88,309491%
Ações Preferenciais	7.704.716	29.100.511	29.100.511	65.905.738	88,309491%
Total	16.144.038	60.975.609	60.975.609	138.095.256	88,309491%

- o. Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas

As Novas Ações serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. O procedimento de integralização ora descrito será também aplicado no que se refere às Novas Ações subscritas no curso do procedimento de rateio de sobras.

Após o término do processo de rateio de sobras, deverá ser realizada nova reunião do Conselho de Administração da Companhia para homologar o Aumento de Capital. As Novas Ações serão

creditadas aos respectivos subscritores em até 3 (três) dias úteis após a homologação do Aumento de Capital.

p. Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito

Observados os procedimentos estabelecidos pelo agente escriturador e pela BM&FBovespa, os acionistas da Companhia poderão exercer seu direito de preferência na subscrição das Novas Ações (e, conseqüentemente, na subscrição dos Bônus de Subscrição), no prazo de 30 (trinta) dias, a ser informado no aviso aos acionistas que comunicará a aprovação do aumento de capital pela reunião em Assembleia Geral Extraordinária (“Aviso aos Acionistas”). Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia terão preferência para a subscrição na proporção de 3,776974 Nova Ação ordinária para cada 1 (uma) ação ordinária e 3,776974 Nova Ação preferencial para cada 1 (uma) ação preferencial de emissão da Companhia. As ações adquiridas a partir do dia 21.07.2015 (inclusive) não farão jus ao direito de preferência pelo acionista adquirente, passando a ser negociadas ex-direitos de preferência. Os Acionistas que têm suas ações escrituradas junto ao Itaú Unibanco S.A., instituição financeira depositária das ações escriturais de emissão da Companhia (“Itaú Unibanco”), e que mantêm seu cadastro atualizado receberão o boletim de subscrição no endereço mantido junto ao Itaú Unibanco, podendo realizar a subscrição das Novas Ações, em qualquer agência do Itaú Unibanco autorizada a prestar serviços a acionistas. Os acionistas que têm suas ações custodiadas junto a BM&FBOVESPA deverão exercer seus direitos de preferência para subscrição das novas ações por meio de seus agentes de custódia. Os acionistas que não pretenderem exercer o direito de preferência poderão livremente cedê-lo a terceiros, nos termos do artigo 171, § 6º, da Lei nº 6.404/1976. Os acionistas que detenham ações depositadas no Itaú Unibanco S.A. deverão exercer os respectivos direitos nas agências, no atendimento a acionistas desta instituição. Os acionistas que detenham ações custodiadas na custódia da BM&FBOVESPA deverão exercer os respectivos direitos por meio de seus agentes de custódia.

q. Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras

Após o término do prazo para o exercício do direito de preferência, os subscritores, na proporção dos valores subscritos no âmbito do exercício do direito de preferência, terão o direito de adquirir as sobras das ações não subscritas, desde que tenham solicitado, no boletim de subscrição, a reserva de ações. Nesse sentido, serão realizadas 2 (duas) rodadas de rateio das sobras das ações não subscritas, e os subscritores que tiverem interesse em participar deverão, além de solicitar a reserva de ações, informar nos respectivos boletins de subscrição o número máximo de ações que desejam adquirir nos rateios. O primeiro prazo para subscrição das sobras das ações não subscritas será de 3 (três) dias úteis contados da publicação do aviso aos acionistas informando sobre a apuração das sobras, devendo ser observada a proporção das ações subscritas pelos subscritores no âmbito do exercício do direito de preferência. Caso remanesçam sobras após a primeira rodada de rateio das sobras mencionada acima, os subscritores que tiverem manifestado interesse em subscrever as novas sobras no boletim de subscrição assinado no âmbito do primeiro rateio das sobras poderão subscrevê-las dentro do prazo de 3 (três) dias úteis seguintes à publicação do aviso aos acionistas sobre o anúncio da apuração das novas sobras, observada a proporção das ações subscritas por cada acionista e a informação fornecida concernente ao número máximo de ações a serem subscritas. As sobras das ações não subscritas após o encerramento da segunda rodada de rateio serão canceladas, observado o disposto no item “r” abaixo.

r. Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital

Será permitida a subscrição parcial do aumento de capital, desde que sejam subscritas ações que perfaçam o limite mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para a homologação da subscrição. Na hipótese de haver sobras de ações não subscritas e a Companhia decidir pela homologação parcial do aumento de capital, os subscritores de ações emitidas no âmbito deste aumento de capital deverão, no respectivo boletim de subscrição, caso seja de seu interesse, condicionar a sua subscrição: (i) à subscrição da totalidade das ações objeto do aumento de capital; ou (ii) à subscrição de uma proporção ou quantidade mínima das ações originalmente objeto do aumento de capital, definida conforme critério do próprio investidor. Nesta última hipótese (item ii), os subscritores que queiram fazer uso dos direitos previstos acima devem comunicar este fato, indicando uma das seguintes opções no Boletim de Subscrição: (i) o valor

mínimo do Aumento de Capital desejado para realizar a sua respectiva subscrição; e (ii) uma das seguintes alternativas: (1) receber o total das ações subscritas; ou (2) receber o número necessário para manter a participação no capital social da Companhia, sendo certo que neste último caso o correspondente valor integralizado pago em excesso será devolvido pela Companhia ao acionista, sem correção monetária, em até 5 (cinco) dias úteis após a homologação do Aumento de Capital. Cabe ressaltar que, na hipótese de homologação parcial do aumento de capital, não será concedido prazo para a revisão da decisão de investimento aos acionistas subscritores que condicionaram sua decisão às condições finais do aumento. Dessa forma, o subscritor deverá indicar no boletim de subscrição os seguintes dados para que a Companhia possa efetuar a restituição parcial do montante integralizado: (a) o banco, (b) a agência, (c) a conta corrente, (d) seu nome ou denominação social, (e) seu CPF ou CNPJ, (f) seu endereço, e (g) telefone.

s. Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens

Esse item não aplicável, tendo em vista que o preço de emissão das ações será realizado em moeda corrente nacional.

i. Apresentar descrição completa dos bens

Não aplicável.

ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social

Não aplicável.

iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível

Não aplicável.

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

- a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

Não aplicável.

- b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

Não aplicável.

- c. Em caso de distribuição de novas ações

- i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Não aplicável.

- ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações

Não aplicável.

- iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não aplicável.

- iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995

Não aplicável.

- v. Informar o tratamento das frações, se for o caso

Não aplicável.

- d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei 6.404, de 1976

Não aplicável.

- e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não aplicável.

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures em ações ou por exercício de bônus de subscrição

- a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Não aplicável.

- b. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não aplicável.

ANEXO C

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados os senhores acionistas da Forjas Taurus S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (“Assembleia” ou “AGE”), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida do Forte n.º 511, Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 15 de julho de 2015, às 11h horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

- (i)** ratificação da atual redação do artigo 6º do Estatuto Social, de modo a expressamente confirmar que o limite do capital autorizado da Companhia é de 155.553.878 (cento e cinquenta e cinco milhões, quinhentas e cinquenta e três mil, oitocentas e setenta e oito) ações;
- (ii)** aumento do capital social mediante capitalização em dinheiro, no montante de até R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), com a atribuição de bônus de subscrição aos subscritores das novas ações, mediante a emissão de até 31.875.098 (trinta e um milhões, oitocentos e setenta e cinco mil e noventa e oito) novas ações ordinárias e 29.100.511 (vinte e nove milhões, cem mil, quinhentos e onze) novas ações preferenciais, (“Novas Ações”) todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,64 (um real e sessenta e quatro centavos) por ação, com possibilidade de homologação parcial, desde que sejam subscritas ações que perfaçam o mínimo total de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos da proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia; e
- (iii)** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, face à renúncia de conselheiro, e em observância ao disposto no artigo 141, §3º da Lei nº 6.404/1976, tendo em vista os atuais membros do Conselho de Administração terem sido eleitos pelo processo de voto múltiplo na Assembleia Geral de 30 de abril de 2015.

Instruções Gerais:

- Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração, encontram-se à disposição dos senhores acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e nos websites da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br),

BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br) e de relações com investidores da Companhia (www.taurus.com.br).

– Para poder participar da Assembleia, nos termos do art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas ou seus procuradores legalmente constituídos deverão apresentar: (i) documento de identidade; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada e em vigor, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado sempre em documento original, tenha sido regularmente depositado na sede social da Companhia. Juntamente com a procuração, cada acionista que não for pessoa natural ou que não estiver assinando a procuração em seu próprio nome deverá enviar documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do estatuto social ou do contrato social atualizado e do ato que investe o representante de poderes suficientes).

– Para facilitar sua participação, a Companhia recomenda que os Senhores Acionistas antecipem, preferencialmente em até 02 (dois) dias úteis da data de realização da Assembleia, o envio de cópia dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos por e-mail para ri@taurus.com.br; ou para o seguinte endereço: Av. do Forte, n.º 511, Vila Ipiranga, CEP 91360-000, Porto Alegre, RS – Brasil, em atenção à área de Relações com Investidores.

Porto Alegre, 29 de junho de 2015.

Conselho de Administração da Forjas Taurus S.A.